



# SEMANÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO

### EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

LEI nº 2016 de 20/09/2019

CABEDELLO, 22 DE NOVEMBRO DE 2021



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 90, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONTROLE URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, § 8º, inciso II, da Constituição do Estado e no Art. 73, Inciso IV da Lei Orgânica do Município de Cabedelo;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituída a Comissão de Controle Urbano, que tem como objetivo realizar as fiscalizações, vistorias, controle, demolições e remoções das invasões em área pública no âmbito do Município de Cabedelo, com vista a facilitar o controle urbano do município.

§ 1º Ficará a cargo da Secretaria Municipal de Segurança a responsabilidade pela operacionalização da Comissão de Controle Urbano.

§ 2º A Secretaria Municipal de Segurança poderá solicitar o auxílio de outros órgãos do poder Executivo Municipal para a operacionalização da Comissão de que trata este Decreto.

**Art. 2º** A Comissão de Controle Urbano será composta por 15 (quinze) membros, sendo:

**I** – Secretário Municipal de Segurança, como coordenador Geral;



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO

**II** – Secretário Municipal do Controle do Uso e Ocupação do solo, como coordenador de Posturas;

**III** - 05 (cinco) representantes da Secretaria Municipal de Segurança;

**IV** – 03 (três) representantes da Secretaria municipal do Controle do Uso e Ocupação do Solo;

**V** - 05 (cinco) representantes da Secretaria municipal de Infraestrutura.

§ 1º Os membros da Comissão de Controle Urbano serão designados por ato do Chefe do Poder Executivo, para o período de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado.

§ 2º Os representantes de que tratam os incisos III, IV e V serão indicados pelos titulares de cada Pasta que representam, dentre os servidores públicos municipais.

§ 3º Quando convocados, os membros da Comissão ficarão à disposição para o desenvolvimento dos trabalhos instituídos neste Decreto.

§ 4º Compete ao Coordenador geral dirigir, coordenar, supervisionar e delegar as atividades dos membros da Comissão de Controle Urbano.

**Art. 3º** Compete a Comissão de Controle Urbano a fiscalização, a vistoria, a remoção, a demolição e o controle das áreas públicas no âmbito do Município de Cabedelo, para evitar o uso e a apropriação indevida, bem como:

**I** – realizar diligências, sempre que julgar necessário, visando à confirmação de informações;

**II** – elaborar planejamento das ações, definindo calendário e cronograma para sua execução;

**III** – elaborar relatório periódico de suas atividades e encaminhá-lo à Secretaria do Controle do Uso e Ocupação do Solo;

**IV** – realizar vistoria “in loco”, e o Registro Fotográfico de cada ação a ser realizada;



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO

**V** – registrar todas as ocorrências na realização dos trabalhos;

**VI** – elaborar Relatório Final de cada ação executada;

**VII** – organizar internamente suas competências e atividades, observado o disposto nesta Resolução e diretrizes específicas já definidas;

**VIII** – desempenhar outras atividades afins que lhe forem cometidas por autoridade competente.

**Art. 4º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 19 de novembro de 2021; 199º da Independência, 132º da República e 64º da Emancipação Política Cabedelense.

FRANCISCO EMERSON ASSIS DE LUCENA  
PREFEITO EM EXERCÍCIO



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 91, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021

**DEFINE NOVAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, PARA O PERÍODO DE 19 A 30 DE NOVEMBRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, § 8º, inciso II, da Constituição do Estado e no Art. 73, Inciso IV da Lei Orgânica do Município de Cabedelo;

**CONSIDERANDO** o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2021;

**CONSIDERANDO** a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus, anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual Nº 41.806 de 03 de novembro de 2021, que decretou Estado de Calamidade Pública em todo o Estado da Paraíba, decorrente de desastre natural classificado como grupo/biológico/epidemia e tipo doenças infecciosas virais (COVID-19) – COBRADE 1.5.1.1.0.;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 11, de 17 de março de 2020, que decretou Estado de Calamidade Pública em todo o Estado da Paraíba, decorrente de desastre natural classificado como grupo/biológico/epidemia e tipo doenças infecciosas virais (COVID-19) – COBRADE 1.5.1.1.0.;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 24, de 05 de abril de 2021, que prorrogou o Decreto nº 31/2020, que declarou estado de calamidade pública no município de Cabedelo/PB, em razão da pandemia de doença infecciosa viral respiratório (covid-19), causada pelo agente novo coronavírus;

**CONSIDERANDO** que, de acordo com a situação dos municípios, na 3ª avaliação do Plano Novo Normal PB, com vigência a partir de 15 de novembro do corrente ano, o município de Cabedelo/PB encontra-se na bandeira amarela;



**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO**

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 41.805/2021, que dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** o Art. 30, I da Constituição Federal, o Art. 11, I da Constituição Estadual da Paraíba, bem como o Art. 5º, I da Lei Orgânica do Município de Cabedelo, segundo os quais o Município é competente para legislar sobre assuntos de interesse local;

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** Define novas medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em Saúde Pública no Município de Cabedelo/PB, em razão de pandemia de doença infecciosa viral respiratório (COVID-19), causada pelo agente novo Coronavírus, para o período de 19 a 30 de novembro de 2021.

**Art. 2º** Fica permitida a realização de shows no Município de Cabedelo/PB, com uso obrigatório de máscaras faciais, disponibilização de álcool 70%, aferição de temperatura corporal na entrada do evento, exigência de apresentação do cartão de vacinação com, no mínimo, a comprovação da primeira dose da vacina há pelo menos 14 dias e apresentação de teste de antígeno negativo para COVID-19 realizado em até 72 horas antes do evento, sendo dispensada a apresentação do exame para as pessoas que já se encontrarem com o esquema vacinal completo (duas doses), além de outros protocolos sanitários elaborados pelas autoridades competentes do Município, devendo, quanto à limitação de público, ser observado o seguinte cronograma:

- I – de 19 de novembro de 2021 a 30 de novembro de 2021 – ocupação de 20% da capacidade do local;
- II – de 01 de dezembro de 2021 a 10 de dezembro de 2021 – ocupação de 50% da capacidade do local;
- III – de 11 de dezembro de 2021 a 20 de dezembro de 2021 – ocupação de 80% da capacidade do local;
- IV – a partir de 21 de dezembro de 2021 – ocupação de 100% da capacidade do local;

§1º O cronograma estabelecido nos incisos I, II, III e IV deste artigo poderá ser posteriormente reavaliado, de acordo com a situação epidemiológica do Município.



**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO**

§2º Será obrigatória a comunicação prévia de cada show à Diretoria de Vigilância Sanitária do Município, no prazo de até 72h antes de sua realização, para que sejam expedidos os protocolos a serem observados e que seja programada a fiscalização do evento.

**Art. 3º** Permanecem em vigor, as regras estabelecidas nos artigos 5º e 11 do Decreto Municipal nº 32, de 03 de maio de 2021; art. 2º e art. 3º do Decreto Municipal nº 50, de 03 de julho de 2021; o art. 2º e art.4º do Decreto Municipal nº 53, de 16 de julho de 2021; o art. 5º do Decreto Municipal nº 55, de 02 de agosto de 2021; o art. 2º, art. 3º, art. 4º e art. 5º do Decreto Municipal nº 80, de 20 de outubro de 2021, bem como o art. 3º do Decreto Municipal nº 87, de 04 de novembro de 2021.

**Art. 4º** Será obrigatório, em todo território do Município de Cabedelo/PB, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas que estejam em circulação nas vias públicas deste município.

§ 1º O uso de máscara previsto no caput é compulsório nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados que estejam autorizados a funcionar de forma presencial e nos veículos públicos e particulares que transportem passageiro.

§ 2º Os órgãos públicos, os estabelecimentos privados e os condutores e operadores de veículos ficam obrigados a exigir o uso de máscaras pelos seus servidores, empregados, colaboradores, consumidores, usuários e passageiros.

§ 3º A disposição constante no caput deste artigo não se aplica às pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, deficiência intelectual, deficiências sensoriais ou outras deficiências que as impeçam de usar uma máscara facial adequadamente, conforme declaração médica.

**Art. 5º** A fiscalização do disposto neste Decreto, sem prejuízo da fiscalização pelas autoridades estaduais competentes, ficará a cargo das autoridades municipais, através das Secretarias de Saúde, Segurança, Controle do Uso e Ocupação do Solo, SEMOB e PROCON Municipal.

**Art. 6º** A inobservância do disposto neste Decreto sujeita o infrator às penas previstas no art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como aquelas estipuladas no Decreto Estadual nº 41.805/2021 e:



**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO**

**I** - sem prejuízo das demais sanções civis e administrativas, a inobservância deste Decreto pode acarretar a incidência do crime de infração de medida sanitária preventiva de que trata o art. 268 do Código Penal ou de outros crimes previstos no Código Penal;

**II** - sem prejuízo das demais sanções civis e administrativas, a inobservância do art. 4º deste Decreto pode acarretar ao infrator ao pagamento de multa no valor de meio salário mínimo vigente;

**III** - sem prejuízo das demais sanções civis e administrativas, a inobservância deste Decreto pode acarretar ao estabelecimento infrator o pagamento de multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e interdição por até 07 (sete) dias em caso de reincidência;

**IV** - em caso da segunda reincidência, será ampliado para 14 (catorze) dias o prazo de interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação de multa, na forma deste artigo;

**V** - em caso da terceira reincidência, acarretará a cassação do alvará do estabelecimento infrator;

**VI** - todos os órgãos municipais responsáveis pela fiscalização poderão atuar e aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 19 de novembro de 2021; 199º da Independência, 132º da República e 64º da Emancipação Política Cabedelense.

**FRANCISCO-EMERSON ASSIS DE LUCENA  
PREFEITO EM EXERCÍCIO**



**Prefeitura Municipal de Cabedelo  
Secretaria de Finanças  
Órgão Central de Contabilidade**

**Decreto nº  
0092/2021**

**Em, 18 de Novembro de 2021.**

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE  
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 2095, de 5 de janeiro de 2021.

Art. 1º - Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

<b>01.010 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>			
<b>01 031 1001 2001 MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO</b>			
0000010	3390.14	99 1001	Diárias - Civil 15.000,00
			Total da Ação 15.000,00
			Total da Unidade Orçamentária 15.000,00
			<b>Total de Suplementações 15.000,00</b>

Art. 2º - Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), como segue:

<b>01.010 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>			
<b>01 031 1001 2001 MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO</b>			
0000012	3390.33	99 1001	Passagens e Despesas com Locomoção 15.000,00
			Total da Ação 15.000,00
			Total da Unidade Orçamentária 15.000,00
			<b>Total de Anulações 15.000,00</b>
			<b>Total de Outras Fontes 0,00</b>
			<b>Total Geral de Fontes 15.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

**FRANCISCO-EMERSON ASSIS DE LUCENA  
DE LUCENA  
Prefeito em Exercício**

